

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.534.333 - RJ
(2019/0192110-4)**

RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN
AGRAVANTE : AGENCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
AGRAVADO : DIESEL-PETRO LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela Fazenda Pública de São Paulo com fulcro no art. 105, III, "a", da CF contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região cuja ementa é a seguinte (fl. 22, e-STJ):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. ANP. INSCRIÇÃO NO SERASAJUD. DESCABIMENTO.

I. Em se tratando de execução fiscal, cujo regramento é específico, inaplicável a determinação judicial de inscrição do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes na forma do §3º do art. 782, do NCPC, tendo em vista que a parte exequente, ora agravante, dispõe do protesto da CD A, procedimento extrajudicial previsto pelo artigo 1º, parágrafo único, da Lei n.º 9.492/97 (modificado pela Lei nº 12.767/2012), que deve ser efetivado sem a participação do Poder Judiciário.

II. Agravo de instrumento desprovido.

Não houve interposição de Embargos de Declaração.

Aponta a agravante, em Recurso Especial, violação ao art. 782, §§ 3º e 5º do CPC e ao art. 1º da Lei 9.492/1997. Afirma que o Serasajud pode ser usado nas execuções fiscais.

Sem contrarrazões.

É o relatório.

Decido.

Os autos ingressaram neste Gabinete em 21.10.2019.

Verifico que a matéria versa sobre a possibilidade ou não de inscrição em cadastro de inadimplentes, por decisão judicial, do devedor que

figura no polo passivo de execução fiscal.

Sobre o tema, a Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na sessão de julgamento concluída em 10/9/2019, afetou a matéria ao rito dos repetitivos, com determinação de suspensão do processamento dos Agravos de Instrumento em trâmite nos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, bem como dos Recursos Especiais e Agravos em Recurso Especial que cuidem da questão delimitada (acórdão publicado no DJe de 9/10/2019).

Em tal circunstância, deve ser prestigiado o escopo perseguido na legislação processual (Lei 11.672/2008), isto é, a criação de mecanismo que oportunize às instâncias de origem o juízo de retratação na forma do art. 1040 e seguintes do CPC, conforme o caso.

Nesse sentido:

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECONHECIMENTO DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO AO TEMA VERSADO NO APELO ESPECIAL. SOBRESTAMENTO DESTES ÚLTIMO COM DEVOLUÇÃO À CORTE DE ORIGEM PARA EVENTUAL E OPORTUNO JUÍZO DE CONFORMAÇÃO. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO FIRMADO NA QO NO RESP 1653884/PR.

1. Podendo a ulterior decisão do STF, em repercussão geral já reconhecida, influenciar no julgamento da matéria veiculada no recurso especial, conveniente se faz que o STJ, em homenagem aos princípios processuais da celeridade e da efetividade, determine o sobrestamento do especial e devolva os autos ao Tribunal de origem, para que nele se realize eventual juízo de retratação frente ao que vier a ser decidido na Excelsa Corte. Precedentes: AgInt no AgInt no REsp 1.603.061/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 28/06/2017; e AgInt no AgInt no REsp 1.380.952/GO, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 21/08/2017.

2. Ainda que parte das questões impugnadas no recurso especial sejam distintas daquela objeto da afetação pelo STF, aplicável se mostra, mutatis mutandis, o comando previsto no art. 1.037, § 7º, do CPC/2015, cujo regramento determina seja julgada em primeiro lugar a matéria afetada, para apenas depois se prosseguir na resolução do especial apelo, relativamente ao resíduo não alcançado pela decisão dada em repercussão geral.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.365.862/PR, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 19/12/2017).

Por fim, "no julgamento da Questão de Ordem no REsp 1.653.884/PR, pela Primeira Turma deste Superior Tribunal de Justiça, ficou

assentado que, nos casos de devolução do recurso especial ao Tribunal de origem para se aguardar o desfecho da repercussão geral [ou do recurso repetitivo]", a Corte recorrida, caso verifique a existência de resíduo não alcançado pela afetação do Supremo Tribunal Federal [ou do Superior Tribunal de Justiça], deverá determinar o retorno dos autos ao STJ somente após ter exercido o juízo de conformação ao que decidido pelo Tribunal Superior no julgamento do representativo da controvérsia respectiva (QO no REsp 1.653.884/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 06/11/2017).

Pelo exposto, **determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que, em observância aos arts. 1.040 e seguintes do CPC, após a publicação do acórdão do respectivo recurso excepcional representativo da controvérsia:**

- a) denegue seguimento aos recursos se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pelos Tribunais Superiores; ou**
- b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema repetitivo.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator